

mento de Recursos Humanos da Saúde, que, no âmbito das suas competências, devem assegurar uma participação activa.

5 — O orçamento de investimentos (PIDDAC) deve ser preparado, de acordo com as instruções da Direcção-Geral da Saúde, no quadro dos seguintes princípios:

- a) Respeito pelos planos estratégicos nacionais e regionais aprovados;
- b) Coerência com a prática implementada em matéria de financiamento da exploração e de política de recursos humanos;
- c) Tipificação dos investimentos, acompanhada de normas específicas para cada tipo de projecto;
- d) Distribuição regional dos recursos, numa base indicativa;
- e) Definição, por região, dos equipamentos de tecnologia pesada, segundo critérios obtidos em sede de Carta de Equipamentos e definida a localização específica, de acordo com o orçamento/programa para garantia de utilização adequada.

Ministério da Saúde, 11 de Julho de 1997. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

#### Despacho Normativo n.º 46/97

Considerando que a estratégia de mudança em curso para o Serviço Nacional de Saúde visa colocar o cidadão no centro do sistema, cabendo-lhe um papel insubstituível, não só na promoção da sua saúde e da comunidade, como também no adequado desenvolvimento e utilização de serviços de saúde;

Considerando que o pleno exercício dos direitos e responsabilidades do cidadão passa necessariamente pela criação dos adequados instrumentos propiciadores de um maior envolvimento dos utentes no sistema de saúde português;

Considerando que a missão da agência visa explicitar as necessidades e defender os interesses dos cidadãos e da sociedade no sentido da aplicação judiciosa dos recursos disponíveis e prestação de cuidados de saúde, com vista à máxima eficiência e equidade, numa perspectiva de reforço, das unidades funcionais de saúde;

Considerando que a função da agência possibilita também a indispensável interacção dos cidadãos com os serviços prestadores de cuidados de saúde e a individualização de uma compreensão mais clara das unidades de saúde, por via do acompanhamento e avaliação do desempenho e da disseminação da informação dela resultante;

Considerando que esta função, devidamente enquadrada no vasto conjunto de competências descentralizadas para as administrações regionais de saúde, implica uma correcta diferenciação das suas competências de gestão estratégica e propicia não só uma mais clara distinção, ao nível operativo, das funções de financiador e prestador do Serviço Nacional de Saúde mas também uma mais transparente articulação entre elas;

Considerando igualmente que esta função constitui um dos instrumentos para execução da estratégia regional de saúde, veiculada por um processo de contratualização centrado numa efectiva melhoria da comunicação entre o financiador e o prestador;

Considerando, por último, que a função da agência acolhe a representação dos pontos de vista do cidadão,

através da articulação permanente com as autarquias, organizações do consumidor, instituições de solidariedade e mesmo organizações profissionais, o que contribui para a transparência da administração, particularmente no esforço de combater os desperdícios, conseguir uma estreita e eficaz colaboração entre a administração central, local e as instituições da sociedade civil organizada e alcançar ganhos em saúde, acesso e controlo de gastos;

Determino, nos termos do disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 296-A/95, de 17 de Novembro, e dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, que a instalação e funcionamento das agências de acompanhamento dos serviços de saúde junto das administrações regionais de saúde seja efectuada de acordo com as seguintes orientações:

1 — A agência de acompanhamento dos serviços de saúde (AASS) constitui uma instância de intervenção no sistema, na qual estão representados o cidadão e a administração e onde se congrega a informação necessária visando garantir a satisfação das necessidades e das preferências dos utentes.

2 — A missão da agência de acompanhamento dos serviços de saúde consiste em explicitar as necessidades de saúde e defender os interesses dos cidadãos e da sociedade, com vista a assegurar a melhor utilização dos recursos públicos para a saúde e a máxima eficiência e equidade nos cuidados de saúde a prestar.

3 — A agência de acompanhamento dos serviços de saúde desenvolve as seguintes funções:

- a) Participar na previsão de necessidades em cuidados de saúde para as quais há que garantir respostas adequadas;
- b) Produzir e divulgar informação sobre os serviços de saúde e promover a utilização desses conhecimentos pela administração e pelos cidadãos;
- c) Incorporar na reorientação do sistema de saúde a opinião dos cidadãos;
- d) Acompanhar o desempenho das instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde na resposta àquelas necessidades;
- e) Participar gradualmente no processo de atribuição/distribuição de recursos financeiros pelas instituições de saúde da região, através de modelos de contratualização de prestação de cuidados de saúde;
- f) Participar na celebração de acordos e convenções com entidades privadas e instituições privadas de solidariedade social para a prestação de cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde;
- g) Participar na celebração, no acompanhamento e na revisão de contratos de gestão de serviços públicos com entidades privadas;
- h) Avaliar os ganhos em saúde e bem-estar obtidos com os recursos financeiros gastos.

4 — A agência de acompanhamento dos serviços de saúde é constituída por um corpo técnico pluridisciplinar indigitado pelo conselho de administração das administrações regionais de saúde e por representantes dos utentes, devendo desenvolver a sua actividade em consulta sistemática e recíproca com as autarquias locais, as organizações de consumidores, as associações de doentes, as instituições de solidariedade social, as organizações profissionais, etc.

5 — O funcionamento da agência de acompanhamento dos serviços de saúde deve ser objecto de regu-

lamento interno, por esta proposto e aprovado pelo conselho de administração da administração regional de saúde.

6 — A Direcção-Geral da Saúde deve assegurar o estabelecimento de normas gerais de funcionamento das agências de acompanhamento dos serviços de saúde e proceder ao respectivo acompanhamento, através dos conselhos de administração das administrações regionais de saúde.

Ministério da Saúde, 11 de Julho de 1997. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Assembleia Legislativa Regional

### Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 17/97/M

Autoriza o Governo Regional a contrair um empréstimo interno de longo prazo

Considerando que, nos termos do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4-A/97/M, de 21 de Abril, a Assembleia Legislativa Regional autorizou o Governo Regional a contrair empréstimos amortizáveis, internos e externos, até ao montante de 36 milhões de contos, nos termos do Decreto-Lei n.º 336/90, de 30 de Outubro, para fazer face a necessidades de financiamento, a colocar junto das instituições financeiras ou outras entidades;

Considerando que o Governo Regional decidiu, nos termos da Resolução n.º 564/97, de 14 de Maio, contrair junto do sistema bancário um empréstimo interno de longo prazo no montante de 22 800 000 contos, necessário à concretização do Plano de Investimentos da Região para o corrente ano, ao aproveitamento dos fundos comunitários e à libertação de verbas para a amortização de empréstimos contraídos pela Região Autónoma da Madeira que se vencem em 1997;

Considerando que se encontram garantidos os limites máximos de endividamento fixados no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 1997;

A Assembleia Legislativa Regional da Madeira, reunida em plenário no dia 9 de Julho de 1997, resolve autorizar, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, o Governo Regional a contrair um empréstimo interno amortizável de longo prazo, no montante de 22 800 000 contos, nas seguintes condições:

Modalidade: empréstimo obrigacionista, por subscrição privada e directa.

Montante: 22 800 000 000\$, repartido por três emissões fungíveis:

1.ª emissão: 14 000 000 000\$;

2.ª emissão: 5 000 000 000\$;

3.ª emissão: 3 800 000 000\$.

Valor nominal: 1000\$ por obrigação.

Reembolso antecipado: permitido para a totalidade da emissão, por iniciativa do emitente (*call-op-*

*tion*), ao valor nominal e coincidentemente com o vencimento dos seguintes cupões: 10.º, 12.º, 14.º, 16.º e 18.º.

Garantias: o cumprimento das obrigações do emitente, emergentes deste empréstimo, relativas a capital e juros, é garantido por aval do Estado.

Admissão à cotação: será solicitada a admissão à cotação das obrigações na Bolsa de Valores de Lisboa.

Regime fiscal: os juros das obrigações estão sujeitos a retenção na fonte de IRS e IRC, actualmente à taxa de 20%, sendo esta liberatória para efeitos de IRS, salvo se os respectivos titulares optarem pelo seu englobamento, e isentos de imposto sobre as sucessões e doações.

Agente pagador: Banco Comercial Português.

Preço de emissão e modo de realização: 1000\$ por obrigação, com pagamento integral no acto de subscrição.

Data de subscrição:

1.ª emissão: ... de Julho de 1997 (data indicativa);

2.ª emissão: 31 de Outubro de 1997 (data indicativa);

3.ª emissão: 30 de Dezembro de 1997 (data indicativa).

Taxa de juro: a taxa de juro será variável, sendo igual à taxa LISBOR a seis meses, deduzida de 0,195%.

Pagamento de juros: os juros contar-se-ão e vencer-se-ão semestral e postecipadamente, a partir da data de subscrição, com pagamento a 30 de Junho e a 30 de Dezembro de cada ano. O vencimento do 1.º cupão terá lugar em 30 de Dezembro de 1997, para a 1.ª emissão, e a 30 de Junho de 1998, para as 2.ª e 3.ª emissões.

Prazo e reembolso: máximo de 10 anos, com reembolso, ao valor nominal e de uma só vez, em 30 de Junho de 2007.

Fungibilidade: as emissões tornar-se-ão fungíveis entre si a partir do primeiro momento em que adquiram os mesmos termos e condições.

Organização e liderança: Banco Cif.

Comissões de organização, liderança e garantia de colocação: 0,40% sobre o montante nominal de cada emissão, pagável na respectiva data de subscrição.

Aprovada em sessão plenária da Assembleia Legislativa Regional da Madeira em 9 de Julho de 1997.

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional,  
*José Miguel Jardim d'Olival Mendonça*.

Presidência do Governo

### Decreto Regulamentar Regional n.º 16/97/M

Aprova a orgânica da Direcção Regional do Trabalho

A Direcção Regional do Trabalho foi criada pelo Decreto Regional n.º 25/78/M, de 7 de Junho, vocacionada para assumir competências e atribuições na área laboral até então da responsabilidade dos serviços entretanto regionalizados, tendo sido integrada na dependência orgânica da Secretaria Regional do Trabalho,